Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

GUIA METODOLÓGICO

Oficina do PEAAF

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

PEAAF

Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

GUIA METODOLÓGICO

Oficina do PEAAF

Brasília, 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidenta: Dilma Rousseff
Vice-Presidente: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Ministra: Izabella Teixeira
Secretário Executivo: Francisco Gaetani

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
Secretária: Regina Gualda
Chefe de Gabinete: Álvaro Roberto Tavares

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Nilo Sérgio de Melo Diniz
Gerente de Projetos: Renata Maranhão (José Luis Xavier - substituto)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco B, sala 953 - 70068-900 – Brasília – DF
Tel: 55 61 2028.1207 Fax: 55 61 2028.1757
E-mail: educambiental@mma.gov.br
Centro de Informação e Documentação Ambiental – CID Ambiental
e-mail: cid@mma.gov.br

Catalogação na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

M59p Ministério do Meio Ambiente
Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Guia metodológico – oficina do PEAAF / Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015.

32 p.

ISBN 978-85-7738-202-6

1. Educação ambiental. 2. Agricultura familiar. 3. Programa de Educação Ambiental. I. Bernal, Alex Barroso. II. Martins, Adriana de Magalhães Chaves. III. Ministério do Meio Ambiente. IV. Secretaria de Articulaçao Institucional e Cidadania Ambiental. V. Departamento de Educação Ambiental. VI. Título.

CDU(2.ed.)37:504

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR - PEAAF

Alex Barroso Bernal - Coordenador
Ana Luísa Campos
Nadja Janke
Neusa Helena Barbosa

ORGANIZAÇÃO

Alex Barroso Bernal
Adriana de Magalhães Chaves Martins

TEXTO

Alex Barroso Bernal
Adriana de Magalhães Chaves Martins
Zaira Moutinho

REVISÃO E COLABORAÇÃO

Aida Maria Farias da Silva
Ana Luísa Campos
Fani Mamede
Nilo Sérgio de Melo Diniz
Renata Maranhão

"O mundo não é. O mundo está sendo.(...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas constatando apenas. (...) É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica".

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 7
2. O PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PEAAF 11
2.1. As Bases Metodológicas 12
2.2. Os Sujeitos que Elaboram o PPP 13
2.3. As Dimensões Lógicas de Elaboração 13
3. A OFICINA 17
3.1 Objetivos 17
3.2. Público 17
3.3. Metodologia 18
3.3.1. Abertura 18
3.3.2. Painel Sobre Educação Ambiental e Agricultura Familiar 19
3.3.3. Reflexão Conceitual 20
3.3.4. Processos Educativos 20
3.3.5. Mapa Estratégico 21
3.3.6. Estrutura de Gestão 21
3.4. Conteúdos 22
3.5. Dinâmicas da Oficina 22
3.5.1. Dinâmica de Acolhimento e Abertura da Oficina 22
3.5.2. Dinâmica da Mesa de Abertura 23
3.5.3. Dinâmicas de Acolhimento e Retorno aos Trabalhos 23
3.5.4. Dinâmica dos Trabalhos em Grupo 23
3.5.5. Dinâmica da Apresentação do Trabalho dos Grupos 24
3.5.6. Dinâmica de Debate e Síntese dos Resultados 25
3.5.7. Dinâmica de Avaliação da Oficina 25
3.5.8. Dinâmica de Encerramento 25
3.6. Infraestrutura, Materiais e Organização Necessários 26
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 27
ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO 28
ANEXO 2 - PROGRAMAÇÃO 30
ANEXO 3 - FICHA DE AVALIAÇÃO 32

1. APRESENTAÇÃO

O PEAAF é um Programa de Educação Ambiental destinado ao público envolvido com a agricultura familiar, quer sejam agricultores(as) propriamente ditos ou agentes que trabalham diretamente com este segmento da população. O Programa visa o desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural.

No tocante ao desenvolvimento rural, a adoção de modelos de produção ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos têm levado à exaustão dos recursos naturais disponíveis e à inviabilização da permanência das famílias no campo. Torna-se necessário, então, equacionar a proteção do meio ambiente, suas múltiplas formas de uso e a garantia de condições dignas de vida no meio rural.

A produção em bases agroecológicas é orientadora das transformações almejadas. E para que essa transição se torne realidade, é imprescindível o trabalho articulado entre os órgãos e entidades da administração pública e as organizações da sociedade civil para o fomento de processos educativos continuados e permanentes que estimulem "o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social", tal como preconiza a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Foto: Bruno Maia

O PEAAF é estruturado em cinco Linhas de Ação estratégicas, que visam a sua implementação. Estas linhas são:

Linha 1 – Articulação com órgãos, políticas, planos e programas federais;

Linha 2 – Apoio à elaboração e implementação de ações nos estados e territórios;

Linha 3 – Apoio a processos educativos presenciais e à distância;

Linha 4 – Fomento de projetos de EA na Agricultura Familiar; e

Linha 5 - Comunicação em EA para a Agricultura Familiar.

O presente Guia Metodológico objetiva apoiar o desenvolvimento da Linha 2 do PEAAF, vindo a auxiliar gestores públicos e demais parceiros envolvidos na realização de uma primeira Oficina de planejamento do Programa. Essa Oficina pode ser realizada na escala estadual ou territorial[1]. Assim, as orientações a seguir servem tanto para a realização da Oficina Estadual do PEAAF, como para Oficinas Territoriais do Programa[2]. Em ambos os casos, espera-se que a Oficina tenha como desdobramentos a consolidação do grupo gestor do Programa no estado ou território; a organização de processos formativos; a formulação de estratégias de comunicação e compartilhamento de experiências de educação ambiental; o fomento de projetos voltados à transição agroecológica e ao fortalecimento da agricultura familiar etc. No caso de uma Oficina Estadual, pode ser planejada a realização de novas Oficinas para a implementação do Programa em territórios prioritários.

Oficina Estadual do PEAAF no Município de Palmas – TO. Foto: Fani Mamede.

1 No Caderno Conceitual do PEAAF que faz parte dessa coleção é discutido o conceito de território e a perspectiva de desenvolvimento do Programa sob o enfoque territorial.

2 Nesse Guia Metodológico são apontadas ambas as possibilidades: de se realizar uma Oficina Estadual ou uma Oficina Territorial do PEAAF. Cabe aos organizadores da Oficina, portanto, adaptar a proposta à escala de abrangência no qual o processo de planejamento irá acontecer.

A Oficina do PEAAF é um momento estratégico da implementação de ações no nível estadual ou territorial por trazer para esta construção instituições públicas e representações da sociedade civil que iniciam a construção de um Plano Político Pedagógico (PPP) de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar que irá orientar o desenvolvimento de ações alinhadas com os objetivos, princípios e diretrizes do PEAAF e com interface com as diferentes políticas, programas e projetos de cunho socioambiental para o meio rural existentes na área de abrangência considerada.

Quando se trata de uma Oficina Estadual, a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do MMA e o governo estadual, representados prioritariamente pela área de educação ambiental do Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA), firmam um Acordo de Cooperação Técnica que dá início a esse este processo. Esse instrumento manifesta a vontade das partes em colaborar para alcançarem um objetivo comum.

Nesse sentido, cabe ao DEA/SAIC articular um conjunto de órgãos e instituições federais com atuação no estado, bem como subsidiar metodologicamente a realização da Oficina. O governo estadual tem o papel de cuidar da organização da infraestrutura para a realização da oficina e articular as diversas instituições públicas estaduais e municipais, representações da sociedade civil, conselhos estaduais e regionais ligados às temáticas de agricultura, meio ambiente, educação e outros que tenham interfaces com a educação ambiental e o desenvolvimento rural. Nesse sentido, a mobilização das instituições representadas na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do estado tem importância fundamental.

No caso de uma Oficina Territorial do PEAAF, há que se envolver o conjunto de colegiados, instituições e grupos existentes no território com vocação e interesse no desenvolvimento das temáticas tratadas para que se possa construir um Plano Político Pedagógico que dê conta de orientar os esforços das organizações presentes para as transformações almejadas.

Esse Guia Metodológico é o material disponibilizado pelo DEA para facilitar a organização da Oficina do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar. Para um melhor entendimento dos diversos momentos propostos para essa Oficina, trazemos inicialmente um texto sobre o Plano Político Pedagógico (PPP). Em seguida, são apresentados os objetivos, público, metodologia, conteúdos e dinâmicas dessa proposta de Oficina.

Boa leitura!

Oficina no Município de Brasiléia – AC, em 2013, para construção de Plano Político Pedagógico do PEAAF.
Foto: Fani Mamede

2. O PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PEAAF

O presente texto pretende gerar referenciais para a elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP) do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos estados e territórios. O PEAAF está fundamentado nos princípios da Justiça social e ambiental; Intersetorialidade, pluralidade e interdisciplinaridade; Interdependência entre campo e cidade; e Gestão democrática e participativa. A elaboração do PPP permite pôr em prática todos esses princípios. É o marco inicial para o processo de construção, gestão e monitoramento do PEAAF no estado ou território em questão, vindo a servir como um guia orientador das ações do Programa na referida escala de atuação. A Oficina do PEAAF é o ponto de partida para essa construção. Ao possibilitar a reunião de diferentes instituições e grupos sociais envolvidos com as temáticas socioambientais e educacionais no meio rural, garante-se que a definição das linhas estratégicas para implementação do PEAAF seja fruto de uma reflexão coletiva com sujeitos sociais que já possuem afinidade e comprometimento com a educação ambiental e a agricultura familiar.

O Plano Político Pedagógico deve servir como um instrumento de planejamento participativo. Ele se difere dos demais instrumentos de planejamento, por ser voltado para a dimensão educativa, ou seja, é usado para planejar as esferas ligadas ao ensino-aprendizagem na educação formal ou não-formal (PADILHA, 2002).

Veiga (1995) faz uma diferenciação entre Projeto Político Pedagógico e Plano Político Pedagógico, pois enquanto o primeiro estabelece mais os princípios e missão, o segundo estabelece metas e ações para concretização. No contexto do PEAAF, não se realiza essa separação, pois o objetivo é construir tanto princípios como metas e ações. Dessa forma, plano e projeto são tomados como sinônimos. Segunda a autora, o PPP é político por ter um sentido de formação em direção a uma determinada concepção de sociedade e se "constitui como um compromisso definido coletivamente de direção para o futuro" (VEIGA, 1995, p.13). Dessa forma, o PPP se estrutura sobre princípios e valores que se deseja em um sociedade futura. Castro e Werle (2005) pontuam que a dimensão política envolve a superação de resistências e exige mediação para a construção do futuro possível. Afirmam as autoras:

> A dimensão política indica que o projeto é um processo voltado a fins, que exige articulação e envolvimento das pessoas, a superação de resistências e radicalismos, estando sempre presente a conflitualidade, a mediação e a negociação. A dimensão política traz um posicionamento, uma decisão, um caminho e uma abordagem em relação à realidade, sejam eles transformadores ou reprodutivistas (CASTRO & WERLE, 2005, p.192).

Já a dimensão pedagógica do PPP diz respeito à definição de concepções, estratégias, metodologias e práticas educativas capazes de fazer avançar esse projeto de futuro. Em outras palavras, a dimensão pedagógica deve dar conta de explicitar as ações educativas e características necessárias das atividades para se alcançar o que se deseja. Conforme Veiga (1995, p. 13), "na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade".

Veiga e Fonseca (2001) insistem no cuidado para não transformar o PPP em um instrumento de controle, pautado apenas na checagem de indicadores de desempenho sem conteúdo político-filosófico, ou seja, sem conexão entre pedagogia e política. Para esses autores, para que o PPP não sirva apenas para controle externo, mas se instale como processo reflexivo, ou melhor, um processo de reflexão – ação – reflexão – ação, é preciso não separar o pensamento da ação, ou seja, que uns pensam enquanto outros concretizam.

2.1. As Bases Metodológicas

O PEAAF propõe o uso de metodologias participativas para a elaboração do PPP como meio de democratizar a tomada de decisão e possibilitar o controle social, garantindo o planejamento e a aprendizagem em conjunto. Isso dá transparência ao processo e coloca os grupos sociais locais e suas respectivas realidades no centro de debate sobre o desenvolvimento do território.

Pode-se dizer que os processos participativos são eficientes em transformar realidades e por isso precisam ser realizados com responsabilidade por parte dos mediadores que conduzem os processos coletivos de caráter educativo. Em relação ao PEAAF a utilização de metodologias participativas atende ao terceiro objetivo do Programa instaurado pela Portaria Ministerial nº 169, de 23 de maio de 2012, onde se lê: é objetivo do PEAAF "fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social". Dessa maneira, a implementação de abordagens participativas e interativas, na qual os sujeitos que desejam contribuir com o PEAAF participam em análises conjuntas para construir planos de ação, fortalecer grupos locais já existentes e constituir novos, se constitui como estratégia para aprendizagem desejada. Possibilitam, como afirmam Boef e Thijssen (2007), perceber um problema e gerar um acordo de objetivos centrais e atividades necessárias para lidar com ele, facilitando a formulação de uma visão compartilhada e o encontro de uma base comum entre interesses divergentes, por vezes conflitantes.

A Oficina é o espaço para exercitar a ampla participação e o debate sobre a Educação Ambiental no contexto da Agricultura Familiar e a partir daí, se constituir uma estrutura de gestão que dê conta de efetivar os princípios, diretrizes e metas acordados coletivamente.

Oficina do PEAAF no Mato Grosso - Foto: Arquivo MMA

2.2. Os Sujeitos que Elaboram o PPP

O PEAAF estabelece a "gestão democrática e participativa" como um princípio a ser respeitado. Assim, a participação e o controle social são diretrizes basilares para a elaboração do PPP, para que as decisões sejam construídas de forma coletiva e que todos os sujeitos sociais tenham o mesmo poder de decisão.

A afirmação da gestão democrática como um dos princípios do Programa visa incentivar a autonomia local e fomentar um processo endógeno. Por isso, os sujeitos e movimentos sociais a serem mobilizados são aqueles que constroem a Agricultura Familiar e a Educação Ambiental na escala de atuação planejada. Deve-se convidar instituições que trabalham com Educação Ambiental e organizações da Agricultura Familiar com atuação no estado ou território e, dessa forma, garantir que os sujeitos da sociedade civil, ligados à Agricultura Familiar e à Educação Ambiental, componham o Grupo de Trabalho, Comitê Gestor e outras formas de organização para gestão do programa. Essa forma de gestão privilegia o controle social, incentivando-se assim que suas diretrizes, funções, competência, composição e mandato sejam estabelecidos no coletivo amplo de participação.

2.3. As Dimensões Lógicas de Elaboração

O PPP é estruturado em três Eixos principais: o Eixo Conceitual, o Eixo Situacional e o Eixo Operacional.

A proposta é ter como primeira fase do processo de elaboração do PPP uma discussão conceitual sobre Educação Ambiental, que na Oficina corresponde ao momento de Reflexão Conceitual. Isso está de acordo com o que Silva (2005) demarca como **Eixo Conceitual** e que vai orientar todo o processo por vir. Esta orientação se dá com o estabelecimento dos princípios, diretrizes e objetivos a serem alcançados por meio da educação ambiental, reforçando desejos em relação ao futuro sobre como se quer caminhar e onde se quer chegar. Nesse ponto a dimensão política é essencial, pois se trata basicamente de discutir qual a concepção de educação ambiental será desenvolvida e como esta abrirá a perspectiva de um novo projeto societário, no qual a agricultura familiar tenha papel central. Quais as características que a educação ambiental deve possuir para promover relações sociais justas e sustentáveis? Quais são os entendimentos em torno do termo Educação Ambiental e sua aplicação no contexto da Agricultura Familiar? Essas são algumas questões que auxiliam esse processo de "reflexividade", e suscita um debate em relação à sociedade local, suas práticas e formas de articulação no nível regional, nacional e, quem sabe, global.

Foto:Dione Albani da Silva

O PEAAF possui objetivos, princípios e diretrizes gerais, citados anteriormente, que precisam ser debatidos e validados no nível estadual ou territorial. Dessa maneira, os objetivos, princípios e diretrizes não podem apenas responder a uma demanda de escala nacional, mas respeitar as especificidades do contexto estadual/territorial. Silva (2005) nomeia essa fase de **Eixo Situacional**, ou seja, situar em relação ao contexto local, no caso, ao contexto estadual ou territorial.

Diversas matrizes socioculturais influenciam a relação sociedade-natureza no Brasil e fazem com que o conceito de Agricultura Familiar comporte uma infinidade de modos de vida baseados na pequena propriedade ou posse da terra. Nesse sentido, conhecer a problemática socioambiental da Agricultura Familiar é fundamental para que as estratégias possam ser eficazes. Portanto, a elaboração do PPP precisa responder à situação socioambiental vivida pela Agricultura Familiar. As seguintes perguntas devem ser respondidas com esse intuito:

- Quais as finalidades do Programa para o estado/território[3]? Qual a problemática que orienta a elaboração do PPP no estado/território? Qual a especificidade do contexto da Agricultura Familiar no plano estadual/territorial, em sua relação com outros espaços em diferentes escalas (Regional, Nacional e Global)?

3 Uma vez que pode ser realizada a Oficina em âmbito estadual ou territorial, é utilizada essa forma de escrita "estado/território". Uma vez definida a escala de planejamento, deve-se formatar o texto de acordo com essa definição. Exemplo: Quais as finalidades do Programa para o estado? Ou: quais as finalidades do Programa para o território? Essa orientação vale para todas as demais questões propostas para a Oficina.

- Como as questões ambientais se articulam com a Agricultura Familiar?
- Quais são as características dos conflitos socioambientais que envolvem a Agricultura Familiar no estado/território?
- Quais as características das ações de Educação Ambiental voltadas a Agricultura Familiar que já são realizadas no estado/território? Quais grupos e organizações estão vinculados a esses processos?

Foto:Dione Albani da Silva

A discussão dos Processos Educativos e do Mapa Estratégico na Oficina serve a esse fim. A definição dessas orientações permite passar para a construção do que Veiga (2005) concebe como trilha e Silva (2005) chama de **Eixo Operacional**, que trata da definição das ações que precisam ser executadas, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos, para se chegar aos objetivos traçados. Isso contribui para que os sujeitos que participam da Oficina possam pensar o futuro e estabelecerem um projeto local de "desenvolvimento sócio-espacial", como entendido por Souza (2006).

Portanto, a elaboração do PPP para o PEAAF é um ato reflexivo-colaborativo onde se constrói a crítica em relação a sociedade do presente, para, a partir dessa análise, pensar coletivamente o que é preciso transformar. A Oficina é um momento inicial para esse exercício. A definição da estrutura de gestão do PEAAF no estado/território, último momento de trabalho proposto para essa Oficina, serve justamente aos propósitos de garantir os meios políticos e operacionais para colocar em prática os objetivos e metas definidos e consolidar o PPP a partir do que foi construído participativamente durante a Oficina.

Oficina do PEAAF em Tarauacá – AC.
Foto: Déborah Verçoza da Silva

3. A OFICINA

3.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Orientar o processo de implementação do PEAAF, de forma participativa e articulada com diferentes órgãos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil com atuação local e interface com as temáticas educacional e socioambiental no meio rural, agregando subsídios para elaboração e desenvolvimento de um Plano Político Pedagógico de Educação Ambiental para a agricultura familiar no estado/território.

Objetivos Específicos

- Definir as diretrizes educacionais e prioridades temáticas para ação no estado/território;
- Buscar meios e encaminhamentos para a atendimento das prioridades estabelecidas.
- Definir uma estratégia e estrutura gestora para o programa no estado/território;
- Iniciar um levantamento das políticas, programas e ações existentes no âmbito estadual/territorial que tenham interface com a temática socioambiental no meio rural;
- Iniciar um mapeamento das instituições e grupos sociais com potencial para colaborar com a implementação das diferentes Linhas de Ação do PEAAF;
- Identificar parceiros estratégicos para a realização de ações de caráter educacional;
- Estimular o financiamento de ações de Educação Ambiental na Agricultura Familiar;

3.2. PÚBLICO

O público envolvido deverá ter atuação com as temáticas de desenvolvimento rural, agricultura familiar, agroecologia, meio ambiente e educação. Pode-se citar como público prioritário:

- Representações da sociedade civil organizada, tais como representantes de sindicatos e cooperativas de agricultores familiares, comunidades tradicionais, movimentos sociais do campo e da floresta, entre outros.
- Representantes de conselhos estaduais, regionais e territoriais, tais como Comitê de Bacia Hidrográfica, Conselho de Unidades de Conservação, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável etc.
- Gestores públicos e técnicos de instituições federais com atuação no território (Ex: Servidores do IBAMA, ICMBio, INCRA, MDA, EMBRAPA) e instituições públicas estaduais e municipais (Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Agricultura, Educação, Juventude, Cultura etc);

- Profissionais de instituições de ensino, pesquisa ou extensão, tais como Universidades, Institutos Federais, escolas da rede pública de educação, Instituições de ATER, Organizações de Educação Popular, Escolas Família Agrícola – EFAs, Casas Familiares Rural – CFRs, Escolas Comunitárias Rurais – ECRs etc.

Para a inscrição dos participantes na Oficina do PEAAF, deve ser solicitado que estes preencham uma Ficha padrão, conforme apresentado no ANEXO 1 – Formulário de Inscrição.

3.3. METODOLOGIA

É recomendável que a realização da Oficina tenha dois dias de trabalho, de acordo com a programação apresentada no ANEXO 2 – Programação do evento. Este anexo contém uma proposta padrão apresentada a todos os estados/territórios. Cabe a comissão organizadora da Oficina, a partir desta provocação inicial, fazer suas contribuições. Após este diálogo, é acordada a programação definitiva, incluindo as situações e necessidades específicas, apontadas caso a caso.

No **Caderno Conceitual** que faz parte desta coleção são encontrados textos que embasam a reflexão proposta aos grupos de trabalho. Estes textos podem ser encaminhados anteriormente aos participantes da Oficina, o que contribui para os participantes se apropriem de conceitos que irão dialogar.

Vale destacar da importância de se formar uma Comissão Organizadora, que ficará responsável por planejar todo o desenvolvimento da Oficina.

A seguir o passo a passo da metodologia proposta.

3.3.1. ABERTURA

Este é um momento essencialmente político e institucional, de boas vindas pelos organizadores e de explicitação da pertinência da Oficina e da implementação de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

Na sequência, deve haver uma breve apresentação sobre o PEAAF, seus objetivos, princípios, diretrizes e o público a que se destina.

Este nivelamento proporciona que os participantes possam contribuir de forma mais pertinente e efetiva com o Programa. Após esta apresentação haverá um pequeno espaço para elucidar as dúvidas dos presentes.

Encerrando a abertura, o cerimonial faz uma breve apresentação dos objetivos e atividades da Oficina. Isso é importante para reduzir a ansiedade dos participantes quanto ao que irá acontecer no decorrer dos dois dias, sobre a dinâmica dos trabalhos, seus resultados, como se dará a participação desse público e as contribuições esperadas no evento.

3.3.2. PAINEL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Este momento proposto tem a finalidade de trazer elementos teóricos e dados da realidade do território, do estado e do Brasil sobre os temas propostos, quais sejam, educação ambiental e agricultura familiar, procurando a correlação entre essas duas áreas do conhecimento; de que forma podem colaborar entre si e de que forma se distanciam.

Foto: Eraldo Peres

Sugere-se que sejam convidados dois ou três especialistas para debater estes temas. Podem ser chamados profissionais da universidade, agentes públicos ou representantes de organizações ligadas à educação ambiental e agricultura familiar com reconhecida experiência.

É interessante que além de aspectos teóricos, estas pessoas tragam elementos práticos para este debate, contextualizados com a realidade concreta do estado/território.

Não há a intenção de que estas pessoas tragam soluções ou respostas prontas para os temas. Espera-se que proponham e fomentem uma boa reflexão sobre o assunto e seus principais elementos limitantes ou potencialidades presentes. Estas apresentações devem ser sucintas para possibilitar um maior espaço de conversa com os presentes, ao final.

Sugere-se que um representante do governo local faça a Coordenação da Mesa.

O tempo total destinado a esta atividade é de 1 hora e meia (01h:30m). Desta forma, sugere-se que cada palestrante ocupe um tempo de 15 minutos para sua apresentação, 5 minutos para o coordenador da mesa e que seja aberto um tempo de 40 minutos para o diálogo com o público.

Sugere-se que as perguntas ou comentários do público sejam feitos em dois (02) blocos de cinco (05) perguntas, totalizando 10 perguntas ao final. Considerando-se 1 minuto por pergunta e de 5 a 10 minutos por palestrante, por bloco, para a resposta.

Desta maneira, os palestrantes devem estar informados que as perguntas que mereçam ser mais aprofundadas, o tempo poderá ser estendido, e as perguntas que sejam de senso comum, ou mais divulgadas, o palestrante deverá buscar uma síntese para a sua resposta.

Ao final já pode ser feita a organização dos grupos de trabalho que virão na sequência.

3.3.3. REFLEXÃO CONCEITUAL

Este é um momento necessário para que o conjunto dos participantes dialoguem sobre sua visão de educação ambiental e qual a sua pertinência no contexto da agricultura familiar.

Em suma, o que se objetiva com a educação ambiental, que transformações são almejadas. E para que isto ocorra, quais devem ser suas orientações, seus princípios e fundamentos para o trabalho com a agricultura familiar.

Este diálogo colabora com a formulação de um pacto entre os participantes sobre as ações de educação ambiental que serão estimuladas e empreendidas, de forma individual e coletiva. Este é um dos pilares que sustenta o desejo de colaboração das instituições e organizações com a implementação do programa no estado/território.

3.3.4. PROCESSOS EDUCATIVOS

Após a reflexão sobre as bases conceituais, devem ser discutidos os processos educativos a serem incentivados no estado/território para as transformações almejadas.

Esta reflexão pode contemplar desde os aspectos metodológicos e conteúdos envolvidos nas práticas educativas até aspectos de cunho mais operacional, como por exemplo quais são as prioridades para a educação ambiental em termos temáticos, de público, territórios prioritários a serem atendidos, entre outros que possam surgir.

É interessante debater nesse momento as ações de Educação Ambiental para Agricultura Familiar desenvolvidas no estado/território, referenciando o trabalho também nas ações já existentes e que podem ser potencializadas, se for verificada a pertinência.

É interessante que os participantes deste grupo procurem aprofundar a conversa e indicar encaminhamentos para a utilização da EaD proposta pelo Ministério do Meio Ambiente neste estado/território, buscando potenciais parceiros e formas de utilização da ferramenta e de sua implementação.

Outra opção é que os participantes dialoguem sobre estratégias educativas propostas pelo PEAAF abordadas no **Caderno Conceitual**, como a pesquisa ação participante, investigação de temas geradores e educomunicação, buscando parceiros e formas de implementação dessas metodologias.

Foto: Arquivo IICA Brasil

3.3.5. MAPA ESTRATÉGICO

A elaboração de um mapa estratégico para o programa visa subsidiar as futuras decisões e ações de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Aponta o que existe de potencial, que pode e deve ser considerado, assim como colabora com o sucesso das ações a serem desenvolvidas. Também aponta o que limita essas ações, o que dificulta, o que pode inviabilizá-las. Em suma, o que representa risco para estas ações e deve ser evitado, minimizado ou superado.

Como destaque são apontados três aspectos estratégicos principais a serem discutidos: (1) Quais são os principais grupos e instituições envolvidos com este tema; (2) como se comunicar e (3) como mobilizar o público envolvido com a agricultura familiar no estado/território.

3.3.6. ESTRUTURA DE GESTÃO

A reflexão sobre a estrutura de gestão visa direcionar os esforços e desdobramentos da Oficina para a implementação do programa no território. Como garantir a gestão democrática do Programa? Quem estará envolvido na gestão do Programa? Como cada pessoa ou instituição colaborará com a sua implementação?

O encaminhamento de questões desta natureza apontam para a definição dos responsáveis principais pela implementação do Programa para que ele possa se tornar realidade no estado/território.

3.4. CONTEÚDOS

A Oficina também deve ser um espaço de socialização de materiais entre os participantes.

Recomenda-se que publicações dessa coleção, que é composta pelo texto oficial do Programa, o presente Guia Metodológico e o Caderno Conceitual do PEAAF seja disponibilizado aos participantes. No site do PEAAF - http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/ e no Coleciona – Fichário d@ EducadorAmbiental, disponível em http://coleciona.mma.gov.br/, podem ser baixadas algumas publicações feitas no âmbito do PEAAF e de outras iniciativas.

Também é sugerida a socialização de outros conteúdos da área socioambiental, em consonância com o que é proposto pelo PEAAF e que o MMA, o estado/território e demais parceiros consigam organizar e disponibilizar, seja por meio físico (publicações impressas) como digitais (arquivos salvos em pen drives; relação de páginas e links na internet) com o objetivo de constituir um kit de materiais a ser distribuído aos participantes.

3.5. DINÂMICAS DA OFICINA

Para cada momento da oficina é proposta a realização de uma dinâmica que colabore para o desenvolvimento das atividades. É importante frisar que esta é uma proposta inicial, que pode ser adaptada pelos estados/territórios, considerando as seguintes condicionantes:

- Ao adaptar uma dinâmica, não esquecer de observar o tempo, materiais, espaço e número de pessoas necessário ou limitante para sua aplicação.
- Sugerimos que após as dinâmicas aplicadas, sempre seja feita uma reflexão sobre o que motivou e o que provocou a realização desta dinâmica em questão.
- Lembrar que cada tipo de dinâmica serve a uma finalidade específica, desta forma devem ser utilizadas nos momentos adequados.
- As dinâmicas devem estar de acordo com os objetivos finais da oficina, não comprometendo seus produtos.
- Elas devem apoiar didaticamente a evolução da construção dos conhecimentos e acordos, e não serem aplicadas meramente por serem "legais", "inovadoras" etc.
- A criatividade e a valorização de aspectos da cultura regional são recomendáveis.

3.5.1. DINÂMICA DE ACOLHIMENTO E ABERTURA DA OFICINA

Músicas ou apresentações significativas podem ser utilizadas para o acolhimento dos participantes. Uma sugestão é a projeção de vídeos, caso haja atrasos na programação.

3.5.2. DINÂMICA DA MESA DE ABERTURA

Neste caso, é importante que exista um cerimonial preparado para informar sobre o evento, conduzir corretamente as autoridades à mesa, dizendo na ordem apropriada nomes, cargos e órgãos, assim como apresentar ao final a programação do evento com a sequência dos trabalhos do dia.

3.5.3. DINÂMICAS DE ACOLHIMENTO E RETORNO AOS TRABALHOS

Após os intervalos de lanche e almoço, assim como no início do dia, enquanto aguarda-se o início das atividades, é sugerida a projeção de vídeos de no máximo 10 minutos, sobre experiências em Educação Ambiental na Agricultura Familiar ou outros vídeos e curtas ambientais. Esta é uma forma sutil de chamar os participantes e retomar a concentração para as atividades propostas.

Esses vídeos podem apresentar casos concretos e práticas de educação ambiental, que exemplificam e introduzem a reflexão sobre o tema a ser trabalhado, trazendo referências à Gestão Democrática, aos Processos Educativos, e Temas Geradores entre outras.

O DEA/MMA tem disponível diversos vídeos e curtas ambientais disponíveis no link do Circuito Tela Verde no YouTube - https://www.youtube.com/user/circuitotelaverde4.

Circuito Tela Verde no Festival Internacional de Cinema Ambiental – FICA, em Goiás.
Foto: Arquivo MMA

3.5.4. DINÂMICA DOS TRABALHOS EM GRUPO

Os trabalhos em grupo ocorrerão em quatro momentos, nos Itens Reflexão Conceitual; Processos Educativos; Mapa Estratégico e Estrutura de Gestão. No momento da Reflexão Conceitual e da discussão da Estrutura de Gestão os participantes se dividem em grupo para debater as mesmas questões. Já no momento da discussão dos Processos Educativos e do Mapa Estraté-

gico, os participantes se dividem em dois grupos. Cada grupo discutirá um dos temas: Processos Educativos ou o Mapa Estratégico. Caso haja muitos participantes na Oficina esses grupos podem ser divididos ainda em subgrupos, mantendo o mesmo tema de trabalho.

Estes grupos deverão contar com o apoio de moderadores e relatores, membros da Comissão Organizadora, devidamente capacitados para este fim.

Em cada momento são propostas algumas questões para serem respondidas coletivamente e que servirão como subsídio para a construção do Plano Político Pedagógico da Educação Ambiental e Agricultura Familiar no estado/território. As questões visam contribuir para a elaboração de um diagnóstico da situação vivenciada no estado/território e para um planejamento de ações para o estado/território.

As perguntas orientadoras sugeridas são as seguintes:

- **Reflexão Conceitual:** Que educação ambiental queremos na agricultura familiar que leve à transformação da produção no campo? Como deve ser desenvolvida? Quais os seus princípios e fundamentos essenciais? Qual o seu principal objetivo?
- **Processos Educativos:** Como devem ser as atividades educacionais destinadas à agricultura familiar? Quais os principais temas a serem tratados? Quais as principais ações de EA para agricultura familiar existentes no estado/território? A qual público se destina estas ações?
- **Mapa Estratégico:** Quais as principais potencialidades e os principais limites para a EA com Agricultura Familiar no estado/território? Quais são os principais grupos e instituições envolvidos com este tema? Quais as principais estratégias de comunicação e mobilização devem ser utilizadas para este público e tema no estado/território?
- **Estrutura de Gestão:** Como este programa pode ser gerido democraticamente no estado/território? De quem é esta responsabilidade? Quais são as atribuições de quem irá gerir o programa? De onde virão os recursos para ele? Quais são as estratégias de acompanhamento das ações do programa?
- Sempre a primeira pergunta de cada item é a mais importante a ser respondida. As demais são desdobramentos que podem auxiliar / facilitar o trabalho em grupo.
- Recomenda-se o uso de computador e de tarjetas para registro das informações.
- Todas estas contribuições precisam estar devidamente identificadas, com o grupo, nome dos integrantes, especificando de qual trabalho faz parte.

3.5.5. DINÂMICA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DOS GRUPOS

Cada grupo escolhe um ou mais representantes para apresentar aos demais participantes da Oficina o resultado do trabalho do grupo.

Essa apresentação pode ser feita por meio de tarjetas para melhor visualização dos resultados obtidos pelo grupo, ou com a utilização do papelógrafo ou *data-show*, se estiver disponível.

3.5.6. DINÂMICA DE DEBATE E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Após a apresentação dos grupos, abre-se para a fala de todos para questionamentos, explicações e para a incorporação de novas contribuições aos resultados obtidos pelos grupos.

Conforme o tempo disponível no decorrer do dia, os trabalhos podem ser apresentados antes ou depois do intervalo do lanche. Deve haver uma certa flexibilidade para isto, lembrando que a apresentação antes do intervalo do lanche ou almoço permite que os coordenadores do espaço possam organizar as contribuições dos grupos, facilitando o debate e a síntese que virão a seguir.

A Comissão Organizadora deverá estar preparada para realizar de forma ágil esta sistematização, incorporando ou modificando o produto dos trabalhos em grupo.

Dependendo das condições locais, isso pode ser feito em *data-show* ou no papelógrafo.

Todas estas contribuições precisam estar devidamente identificadas, com o grupo, nome dos integrantes, especificando de qual trabalho faz parte.

Este material deverá ser entregue ao representante do Ministério do Meio Ambiente que auxiliará na sistematização dos resultados da oficina.

3.5.7. DINÂMICA DE AVALIAÇÃO DA OFICINA

Deverá ser realizada uma atividade para que os participantes possam avaliar a Oficina, responder se ela conseguiu alcançar os objetivos propostos e tecer críticas e sugestões para o desenvolvimento das próximas atividades.

No ANEXO 3 encontra-se uma minuta de Ficha de Avaliação a ser preenchida pelos participantes e recolhida para que seus dados sejam sistematizados pela Comissão Organizadora.

3.5.8. DINÂMICA DE ENCERRAMENTO

Pode-se propor alguma atividade lúdica e/ou cultural para encerrar as atividades da Oficina, de modo a fortalecer os laços entre todos os envolvidos e criar o comprometimento coletivo para realização das ações planejadas.

Foto: Guilherme Borducchi Aguiar

3.6. INFRAESTRUTURA, MATERIAIS E ORGANIZAÇÃO NECESSÁRIOS

A Oficina deverá ser construída em colaboração com instituições do poder público e outros parceiros que tenham afinidade com essa agenda. Essa articulação é fundamental para se criar as condições para implementação do Programa no estado/território.

Cabe a Comissão Organizadora, em conjunto com os demais parceiros envolvidos na construção e aplicação desta Oficina, definir os nomes de palestrantes, moderadores e relatores para os trabalhos em grupo, bem como organizar o apoio para a alimentação, hospedagem e transporte dos participantes.

Também deve se atentar para a definição do local do evento e seus eventuais custos, como locação de espaço, sonorização (microfones), gravação, degravação e cerimonial de abertura. Além do registro em vídeo e fotos da Oficina para posterior publicização e compartilhamento dos resultados.

O sucesso da Oficina depende em grande parte da mobilização de representações de trabalhadores e a divulgação do evento por diferentes meios, sem esquecer a comunicação a ser feita depois do evento. Para isso, deve-se encaminhar o material de comunicação informativo sobre o evento para a mídia local.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOEF, W. S.; THIJSSEN, M. T. *Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes*: um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen International, 2007.

CASTRO, M. I. S de; WERLE, F. O. C. Projeto político-pedagógico como instrumento de autonomia nas redes municipais de ensino público. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 191-221, 2005.

PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico*: como construir o projeto político - pedagógico da escola. 2a. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

SILVA, F. D. *Projeto político pedagógico aplicado a centros de educação ambiental e a salas verdes*. Brasília/DF, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_ppp.pdf. Acesso em 10 de set. 2013.

SOUZA, M. L. *A prisão e a Ágora*: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola*: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A; FONSECA, M. *As dimensão do projeto político-pedagógico*: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - OFICINA

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Dias ___ e ___ de _____ de 20____ – Local _____

1. DADOS DO REPRESENTANTE

Nome:		E-mail:
Telefone: ( )	Celular: ( )	
Sexo: ( ) masc. ( ) fem.	Idade: ( )15~29 ( )30~40 ( )41~50 ( )51~60 ( )+ 60 anos	
Formação: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior. Especifique _____ ( ) Pós Graduação. Especifique _____		
Profissão:		RG:

2. DADOS DA INSTITUIÇÃO

2.1. NOME DA INSTITUIÇÃO:

2.2. CARACTERIZAÇÃO

( ) Poder Público. Especifique: ( ) Municipal ( ) Estadual ( ) Federal
( ) Empresa. Especifique: ( ) Micro ( ) Pequena ( ) Média ( ) Grande
( ) Organização sem fins lucrativos. Especifique: ( ) Associação civil ( ) OSCIP
( ) Cooperativa ( ) Fundação ( ) Sindicato ( ) Igreja ( ) Partido ( ) Associação de Moradores
( ) Instituição de Ensino Superior ( ) Escola ( ) Outro _____

2.3. REGIÃO DE ATUAÇÃO – Município(s):

2.4. ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO:

Rua/Avenida:			N°:
Município:		CEP:	UF:
Telefone:	Fax:		
E-mail:			

2.5. ATUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E/OU AGRICULTURA FAMILIAR

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E COLEGIADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E/OU AGRICULTURA FAMILIAR

( ) Conselho estadual de território da cidadania
( ) Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA
( ) Câmara técnica de educação ambiental de Comitês de bacias
( ) Conselho de Unidade de Conservação
( ) Outros: _____

A INSTITUIÇÃO DESENVOLVE ALGUMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E/OU AGRICULTURA FAMILIAR? CONTE UM POUCO SOBRE ESTA:

_____

_____

_____

_____

_____

_____, _____ de _____, de 20___.

ANEXO 2

PROGRAMAÇÃO - OFICINA DO PEAAF

Oficina do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Dias ___ e ___ de _____ de 20____ – Local _____

Horário	1º Dia	2º Dia
08:30	**ABERTURA** - Dinâmica de acolhimento - Mesa de abertura com autoridades políticas (falas institucionais) - Apresentação dos objetivos e atividades da Oficina (cerimonial)	- Dinâmica de acolhimento **GRUPO A - PROCESSOS EDUCATIVOS** Reflexão em grupo: Como devem ser as atividades educacionais destinadas à agricultura familiar? Quais os principais temas a serem tratados? Quais as principais ações de EA para agricultura familiar existentes no estado/território? A qual público se destina estas ações? **GRUPO B - MAPA ESTRATÉGICO** Reflexão em grupo: Quais as principais potencialidades e os principais limites para a EA com Agricultura Familiar no estado/território? Quais são os principais grupos e instituições envolvidos com este tema? Quais as principais estratégias de comunicação e mobilização devem ser utilizadas para este público e tema no estado/território?
10:00	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos
10:30	**PAINEL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR** - Conversa com 02 especialistas (universidade e sociedade civil) sobre o tema. - Diálogo com os participantes.	**ESTRUTURA DE GESTÃO** Reflexão em grupo: Como este programa pode ser gerido democraticamente no estado/território? De quem é esta responsabilidade? Quais são as atribuições de quem irá gerir o programa? De onde virão os recursos para ele? Quais são as estratégias de acompanhamento das ações do programa?
12:00	Almoço	Almoço

Horário	1º Dia	2º Dia
13:30	**REFLEXÃO CONCEITUAL** - Reflexão em grupo: Que educação ambiental queremos na agricultura familiar que leve à transformação da produção no campo? Como deve ser desenvolvida? Quais os seus princípios e fundamentos essenciais? Qual o seu principal objetivo?	**APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS** - Apresentação do Trabalho dos Grupos - Debate para síntese dos resultados
15:30	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos
16:00	**APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS** - Apresentação do Trabalho dos Grupos - Debate para síntese dos resultados - Dinâmica de encerramento	**ENCERRAMENTO** - Avaliação da Oficina - Dinâmica de encerramento
18:00	Término das atividades Programação de integração	Término das atividades

ANEXO 3

FICHA DE AVALIAÇÃO - OFICINA DO PEAAF

IDENTIFICAÇÃO OPTATIVA (OBRIGATÓRIA PARA A EQUIPE DA ORGANIZAÇÃO)

NOME:_____

INSTITUIÇÃO:_____

	QUESTÃO	BOM	REGULAR	RUIM
1	O local estava:			
2	As refeições estavam:			
3	A organização estava:			
4	Os equipamentos estavam:			
5	O material didático estava:			
6	A programação estava:			
7	Os conteúdos estavam:			
8	Os condutores / moderadores estavam:			
9	Linguagem estava:			
10	Os trabalhos em grupo estavam:			
11	O tempo das atividades estava:			
12	Os vídeos estavam:			
13	O evento estava:			
14	A sua participação esteve:			
15	O seu aproveitamento foi:			
16	O resultado da aplicação dessa atividade será:			
17	SUGESTÕES: _____ _____ _____ _____			

PEAAF
Programa de Educação
Ambiental e Agricultura Familiar

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA